Ofício "S" nº 79, de 1998

Autoria: JUDICIARIO

Iniciativa:

Ementa:

ENCAMINHA AO SENADO FEDERAL, PARA OS FINS PREVISTOS NO ARTIGO 52, INCISO X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COPIA DO REGULAMENTO DA LEI 997, DE 31 DE MAIO DE A976, E DO DECRETO 28313, DE 04 DE ABRIL DE 1998, AMBOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (SP), BEM COMO DA CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO DO ACORDÃO, DO PARECER DA PROCURADORIA-GERAL DA REPUBLICA, DA VERSÃO DO REGISTRO TAQUIGRAFICO DO JULGAMENTO PROFERIDO POR AQUELA CORTE NOS AUTOS DO RECURSO EXTRAORDINARIO Nº 157905, QUE DECLAROU A INCONSTITUCIONALIDADE DO PARAGRAFO 4º (QUARTO) DO ARTIGO 32 DO REFERIDO REGULAMENTO.

Assunto: -
Data de Leitura: 27/10/1998

Tramitação encerrada

Decisão: Prejudicada
Destino: -
Último local: -
Último estado: 04/03/2008 - TRAMITAÇÃO ENCERRADA

Despacho:

06/11/2008 (Despacho Inicial)

null

Análise - Tramitação sucessiva

(SF-CCJ) COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Relatoria:

CCJ - (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator(es):

Senador Roberto Requião (encerrado em 17/02/2003 - Redistribuição)
Senador José Maranhão (encerrado em 12/12/2007 - Substituído por "ad hoc")
Senador Sibá Machado (encerrado em 12/12/2007 - Parecer Oferecido)

TRAMITAÇÃO

04/03/2008 SF-SARQ - Secretaria de Arquivo

Situação: TRAMITAÇÃO ENCERRADA

Ação: PROCESSO ARQUIVADO

24/12/2007 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

Ação: É lido e encaminhado à publicação o Parecer nº 1.378, de 2007-CCJ, Relator Ad Hoc: Senador Sibá Machado, manifestando-se pelo arquivamento da matéria.

A Presidência, em observância às conclusões do parecer lido, encaminha a presente matéria ao Arquivo.

Ao PLEG com destino ao Arquivo.

Publicado no DSF Páginas 46919

TRAMITAÇÃO

Publicado no DSF Páginas 46884-46889

13/12/2007 SF-SSCLS - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Situação: AGUARDANDO LEITURA PARECER (ES)

Ação: Aguardando leitura de Parecer da CCJ.

12/12/2007 SF-SSCLS - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: Recebido neste órgão, nesta data.

12/12/2007 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: APROVADO PARECER NA COMISSÃO

Ação: Em Reunião Ordinária realizada nesta data, a Presidência designa Relator "ad hoc" o Senador Sibá Machado em substituição ao Senador José Maranhão.

A Comissão aprova o Parecer pelo Arquivamento do Ofício "S" nº 79, de 1998.

Anexei o Ofício nº 168/07 - PRESIDÊNCIA/CCJ, que comunica a decisão da Comissão, em caráter terminativo, para ciência do Plenário e publicação no Diário do Senado Federal, art 91,§ 2º, c/c art. 92 do RISF (fl. nº 34).

À SSCLS, para prosseguimento da tramitação.

06/12/2007 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria incluída na Pauta da Comissão.

06/02/2007 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Instalada a Comissão nesta data.

Matéria Pronta para a Pauta na Comissão com voto do Senador José Maranhão pelo arquivamento do Ofício "S".

26/01/2007 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Retorna à CCJ.

Matéria aguardando instalação da Comissão.

11/01/2007 SF-SSCLS - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: A presente proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato nº 97, de 2002, do Presidente do Senado Federal.

A matéria volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

10/01/2007 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa, para atender ao disposto no art. 332, do Regimento Interno do Senado Federal (Final da 52ª Legislatura).

TRAMITAÇÃO

À SSCLSF.

23/06/2005 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o relatório do Senador José Maranhão, com voto pelo arquivamento do Ofício "S" Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

10/02/2005 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Redistribuído ao Senador José Maranhão, para emitir relatório.

16/02/2004 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR

Ação: Matéria aguardando redistribuição.

24/01/2003 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: Recebido na CCJ.
Aguardando Instalação da Comissão.

20/01/2003 SF-SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO

Ação: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para continuar tramitando, à vista do disposto no inciso VI, art. 332 do Regimento Interno, com a redação dada pela Resolução nº 17, de 2002, do Senado Federal, e instruções da Secretária-Geral da Mesa, consolidadas pelo Ato do Presidente nº 97, de 2002, publicado no Diário do Senado Federal de 21.12.2002.

15/01/2003 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Ação: À SSCLSF, em atendimento ao disposto no art. 332 do R.I.S.F.

02/04/2001 SF-CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Recebido o relatório do Sen. Roberto Requião.
Matéria pronta para a Pauta na Comissão.

13/12/2000 SF-CCJ - COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA

Ação: Distribuído ao Senador Roberto Requião para relatar.

28/10/1998 SF-CCJ - COMISSÃO CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TRAMITAÇÃO

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR
Ação: RECEBIDO NESTE ORGÃO, EM 28 DE OUTUBRO DE 1998.

28/10/1998 SF-SSCOM - SUBSECRETARIA DE COMISSÕES
Ação: ENCAMINHADO A CCJ.

28/10/1998 SF-MESA - MESA DIRETORA
Ação: DESPACHO A CCJ (DECISÃO TERMINATIVA).
DSF 29 10 PAG 14687.

28/10/1998 SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO
Ação: COMUNICAÇÃO PRESIDENCIA SEU RECEBIMENTO.

28/10/1998 SF-PLEG - PROTOCOLO LEGISLATIVO
Ação: ESTE PROCESSO CONTEM 21 (VINTE E UMA) FOLHAS NUMERADAS E
RUBRICADAS.

DOCUMENTOS

OFS 79/1998

Data: 27/10/1998

Autor: JUDICIARIO

Local: null

Descrição/Ementa: ENCAMINHA AO SENADO FEDERAL, PARA OS FINS PREVISTOS NO ARTIGO 52, INCISO X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COPIA DO REGULAMENTO DA LEI 997, DE 31 DE MAIO DE 1976, E DO DECRETO 28313, DE 04 DE ABRIL DE 1998, AMBOS DO ESTADO DE SÃO PAULO (SP), BEM COMO DA CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO DO ACORDÃO, DO PARECER DA PROCURADORIA-GERAL DA REPUBLICA, DA VERSÃO DO REGISTRO TAQUIGRAFICO DO JULGAMENTO PROFERIDO POR AQUELA CORTE NOS AUTOS DO RECURSO EXTRAORDINARIO Nº 157905, QUE DECLAROU A INCONSTITUCIONALIDADE DO PARAGRAFO 4º (QUARTO) DO ARTIGO 32 DO REFERIDO REGULAMENTO.